



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

ALESSANDRO MARCELINO DE SOUZA
REGIANE MARTINS FERREIRA

**PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: ACESSO À ALIMENTAÇÃO E
INCENTIVO A AGRICULTURA FAMILIAR**

PORTO VELHO
2022



ALESSANDRO MARCELINO DE SOUZA
REGIANE MARTINS FERREIRA

**PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: ACESSO À ALIMENTAÇÃO E
INCENTIVO A AGRICULTURA FAMILIAR**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito parcial para aprovação da Disciplina de Elaboração de Projeto de Pesquisa do Curso Superior Tecnológico em Gestão Pública, na modalidade à distância, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

Nome do Orientador: Prof. Esp. Vinícius de Souza Santos

PORTO VELHO

2022

FICHA CATALOGRÁFICA
IFRO - CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

S729p Souza, Alessandro Marcelino de.

Programa de aquisição de alimentos: acesso à alimentação e incentivo a agricultura familiar. / Alessandro Marcelino de Souza; Regiane Martins Ferreira. – Novo Horizonte, Rondônia, 2022.

22 f.: il.

Orientador: Prof. Ms. Vinícius de Souza Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade Educação à Distância – EAD).

1. Programa. 2. Alimentos. 3. Agricultor. 4. Beneficiários. 5. Governo. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. II. Título.

CDD: 630.277

Bibliotecária Responsável: Gizele de Melo Viana CRB11/914

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: ACESSO À ALIMENTAÇÃO E INCENTIVO A AGRICULTURA FAMILIAR

Alessandro Marcelino De Souza¹
Regiane Martins Ferreira²
Vinícius de Souza Santos³

Resumo

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) possui dois objetivos básicos, promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Tendo em vista tais objetivos, o programa, realiza a compra de alimentos produzidos por agricultores familiares e os fornece a indivíduos atendidos pela rede socioassistencial. Este artigo possui como objetivo geral: identificar o impacto do PAA na agricultura familiar e nas famílias beneficiadas pelas redes de apoio social. Para sua construção utilizou-se de pesquisa bibliográfica em artigos, livros e legislações que fizeram referência ao tema estudado, como forma de seleção foram retirados artigos que evadiam da temática ou eram muito antigos. Percebeu-se a importância do programa para seus beneficiários e os efeitos positivos do mesmo para a comunidade em geral, assim como a necessidade de pequenas modificações para seu aperfeiçoamento.

Palavras-chave: Programa. Alimentos. Agricultor. Beneficiários. Governo.

1 INTRODUÇÃO

Entre o final da década de 90 e início dos anos 2000, as políticas orientadas ao agricultor de pequeno porte, sofreram mudanças significativas no Brasil. Como primeiro ponto levantado nesse período cita-se o reconhecimento por parte do Estado da importância da agricultura familiar e o olhar para segurança alimentar e nutricional, amplamente impulsionada pela criação do Programa Fome Zero em 2003 (HESPANHOL, 2013).

O Programa Fome Zero partia da premissa de que a fome existente no país se inter-relacionava com a dificuldade de acesso à alimentação por um número expressivo de indivíduos, portanto, as medidas visavam o aumento da renda familiar e da disponibilização de alimentos, através da redução de custos (CAMARGO; BACCARIN & SILVA, 2013).

¹ Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD do Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Zona Norte. e-mail: alesouzanh@hotmail.com

² Docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia *Camus* Porto Velho Zona Norte. e-mail: regymartins1990@gmail.com

³ Docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Zona Norte. E-mail: orientadortcc9.pvhzonanorte@ifro.edu.br

Considerando que grande parte das famílias em condições de carência advém da zona rural, o presente projeto de pesquisa concentrará seu enfoque no Programa de Aquisição Alimentar (PAA), e seu impacto no aumento da renda e na melhor distribuição alimentar (CAMARGO; BACCARIN & SILVA, 2013).

O PAA, foi criado em junho de 2003 através da Lei 10.696/03, como fruto de mobilizações sociais e da necessidade da criação de políticas públicas que auxiliassem os agricultores familiares. Sua formação teve como propósito favorecer a segurança alimentar e nutricional, assim como assistir populações em estado de situação de insegurança alimentar, como as cozinhas comunitárias, os bancos de alimentos, os restaurantes populares e os indivíduos acompanhados pelas entidades da rede sociais (HESPANHOL, 2013).

O Programa é mantido por recursos do Ministério da Cidadania, seu regramento ocorre por meio do grupo gestor (GPAA), e sua execução pode ser feita através de seis modalidades: compra com doação simultânea, compra direta, apoio a formação de estoques, incentivo a produção e ao consumo de leite, compra institucional e aquisição de sementes (CAMARGO; BACCARIN & SILVA, 2013).

O respectivo trabalho possui como cunho principal, abordar o tema apresentado, pois compreende a importância do programa para os agricultores familiares e demais beneficiados e a necessidade de pesquisas constantes que visem o aperfeiçoamento das políticas públicas. Como objetivo geral, pretende-se identificar o impacto do PAA na agricultura familiar e nas famílias beneficiadas pelas redes de apoio social. A pesquisa é de cunho bibliográfico, por pesquisas em artigos conceituados e livros acerca da temática, bem como análise das legislações.

Tendo em vista, a importância do programa, avaliar seu impacto é fundamental, pois, possibilita analisar as mudanças obtidas desde sua implantação, e a compreensão que consiste em saber se os objetivos primordiais do programa foram alcançados.

O referido tema proporciona aos pesquisadores envolvidos, oportunidades posteriores de publicações científicas e aprofundamento no assunto. Além de proporcionar a sociedade, informações fidedignas e compreensão do Programa de Aquisição de Alimentos. Dessa forma, esta pesquisa poderá oferecer a população, em geral, e as instituições, sejam elas públicas ou privadas, a oportunidade de maior compreensão sobre os impactos do Programa. Já a ciência obterá integração de informações publicadas ao longo dos últimos anos com enfoque na agricultura familiar, no PAA e no combate a fome.

O tema assim se justifica, pois, apesar das criações de programas e reconhecimento sobre a pauta, observa-se escassez de pesquisas que abarquem essa temática.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Origem e conceito do PAA

O Brasil compreende uma das maiores produções agrícola do mundo, consolidando-se como um dos maiores produtores de alimentos. Contudo, ainda atualmente, o combate à fome e necessidade de oferta de qualidade de vida a população apresenta-se como uma problemática expressiva (INSTITUTO CIDADANIA, 2001).

De acordo com Mercês Silva (2010), a questão da fome, não pode ser resumida a uma problemática contingente, pois se relaciona também com a desigualdade social, necessitando de estratégias e ações públicas para a sua diminuição. De acordo com Daniela Oliveira (2007), a agricultura familiar se caracteriza por ser proprietária dos meios de produção ao mesmo tempo, em que assume o trabalho no estabelecimento, geralmente em pequenas áreas de terra. No início na década de 90, as demandas dos agricultores familiares não eram beneficiadas por nenhuma política pública de abrangência nacional, nesse momento da história as políticas existentes excluía tal categoria. (ZIMMERMANN, 2008)

Diante deste contexto, os movimentos sociais rurais, reivindicaram um olhar para a agricultura familiar (SAMBUICHI *et al.* 2019). Assim, em 1996 criou-se o Programa de Crédito Subsidiado, que apesar de auxiliar os agricultores, não se mostrou suficiente para modificar o cenário, por isso, no início dos anos 2000, os agricultores lutaram por novas intervenções que apoiassem a produção rural familiar. (MÜLLER, 2007)

A partir do final dos anos 1990 e início do novo século, as discussões focalizaram nos comércios locais, buscando ampliar o vínculo direto entre produtor e consumidor (GRISA & SCHNEIDER, 2015). Uma contribuição para essas pautas foi à criação do Programa Fome Zero em 2003, que visou atuar de maneira articulada na criação e ampliação de estratégias para a evolução da agricultura familiar (SILVA, GROSSI & FRANÇA, 2010). Entre as implantações do Programa Fome Zero, cita-se o PAA.

Criado em julho de 2003, por meio do artigo 19 da lei nº 10.696, o PAA, apresenta como objetivo primordial o incentivo a agricultura familiar o acesso à alimentação (BRASIL, 2003). Para isso, o programa visou à concepção de uma demanda institucional habilitada para estruturar a produção e suprir as lacunas que aumentavam o risco de inadimplência, por parte do produtor (SAMBUICHI, ET AL. 2019). O PAA se mostra essencial para a evolução dos

processos de produção e organização, fortalecendo as capacidades produtivas através das compras realizadas pelo poder público e os preços pré-fixados (FERREIRA & CRUZ, 2013).

O PAA, objetiva adquirir os produtos originados da agricultura familiar, no momento oportuno, com valor compensador, incentivando e levando segurança ao pequeno produtor, que pode obter maior segurança e previsibilidade através do programa (CONAB, 2011). Para Debora Vieira (2007), além dos benefícios citados, destaca-se o aumento da circulação do dinheiro local, a preservação cultural de diferentes regiões e distribuição de renda. Dessa forma, o PAA, em conjunto com outros programas governamentais, caracteriza o empenho do governo em estruturar ações na esfera da política agrária e segurança alimentar (DELGADO et al., 2006).

Os múltiplos objetivos do Programa e suas diferentes formas de atuação levaram a criação do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA), responsável por orientar e acompanhar a execução do PAA, normatizando-o através de suas resoluções. De acordo com Regina Sambuichi *et al.* (2019), o Programa apresenta dois tipos de beneficiários: os fornecedores, que irão fornecer alimentos ao PAA, aqui são priorizados agricultores de baixa renda, produtores orgânicos, mulheres e comunidades tradicionais; e os consumidores, ou seja, pessoas em situações de insegurança alimentar e indivíduos atendidos pela rede pública, socioassistencial ou de filantropia, como escolas, creches, hospitais, cozinhas comunitárias, casa de apoio aos idosos, entre outros.

2.2 Contribuição do PAA para a agricultura familiar

Uma característica importante do programa é sua flexibilidade as diferentes realidades regionais, por isso desde sua criação em 2003, têm sofrido modificações e melhorias. Como já exemplificado anteriormente, o programa visa à criação de novas formas de renda e o auxílio a indivíduos em situação de vulnerabilidade social. (HESPANHOL, 2013).

Conforme a legislação nº 10.696, de 02 de julho de 2003, agricultores familiares, pescadores, indígenas, extrativistas, silvicultores e agricultores assentados podem comercializar para o PAA, para isso o produtor deve apresentar a Declaração de Aptidão ao PRONAF ou Declaração de Aptidão ao PAA, para a maioria dos agricultores, tais declarações podem ser obtidas por instituições previamente autorizadas, como as Federações e Confederações dos agricultores ou entidades oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural (HESPANHOL, 2013).

Salienta-se que é possível ao produtor acessar mais de uma modalidade do PAA de forma simultânea, desde que atendidos os critérios necessários (HESPANHOL, 2013). A operacionalização do PAA é simplificada, pois, a compra é realizada sem licitação e com valor compensador, ou seja, o preço não pode ser maior, nem menor que o praticado nos mercados regionais (HESPANHOL, 2013). Pesquisas recentes realizadas por Almeida *et al.* (2020), demonstram como o PAA, tem atuado para promover cadeias produtivas estruturadas, dinamismo econômico e acesso a novos mercados.

Outros estudos realizados explanam o aumento da quantidade de alimentos vendidos pelos agricultores, o acréscimo do retorno financeiro, além de impactos positivos na receita média do produtor (SANTOS, SOARES, & BENAVIDES, 2015). O Programa incentiva a produção e aproxima o agricultor do consumidor final, além de modificar as dinâmicas de consumo e a sustentabilidade econômica (RAMBO & DENX, 2015). Percebe-se que a produção de diferentes alimentos para a venda, resulta em uma melhor alimentação também por parte do produtor, que por ter acesso a esses alimentos tendem a modificar sua dieta (CHMIEKEWSKA, SOUZA, & LOURETE, 2010).

Já por uma ótica econômica compreende-se a capacidade do programa atravessar momentos delicados economicamente e conseguir manter o equilíbrio dos valores (AGOSTINI & BOURSCHEIDT, 2018). Ainda em relação aos benefícios do programa, Almeida *et al.* (2020), exemplifica que o PAA, possibilita a diversificação da renda, maior estabilidade econômica e a melhoria da qualidade de vida para o fornecedor.

Contudo, sabe-se que a múltiplos desafios que ainda precisam se enfrentados, principalmente em relação à implementação, organização e fiscalização do Programa. (SOUZA & BARBE, 2014) Outro desafio citado é a falta de informação diretamente ao produtor acerca do funcionamento do Programa, que são intermediadas por lideranças locais ou associações (MELO, 2020). Além dos benefícios ao produtor, o PAA auxilia também os consumidores.

2.3 Contribuição do PPA para os consumidores

Se por um lado o PAA possui a capacidade de beneficiar o fornecedor dos alimentos, por outro gera impacto significativo no grupo de pessoas que recebem esses alimentos. De acordo com Silva (2014), o PAA vem contribuindo para organização e qualidade dos alimentos fornecidos, pois, leva o agricultor a cumprir as normativas da higiene sanitária. Alguns estudos comprovam que o Programa facilita o acesso à alimentação diversificada e de

qualidade tanto no âmbito individual como coletivo em escolas e organizações sociais (DELGADO *et al.*, 2005).

O acesso a alimentos variados e com alto valor nutricional influencia diretamente na melhoria do rendimento escolar e no aumento da frequência nas aulas, (MARTINS, 2013), pois a fome dificulta o processo atencional, pode abaixar a imunidade e levar a criança a um maior número de faltas devido à necessidade de consultas medicas ou internações, quando bem alimentado o estudante apresenta maior motivação para os estudos e consegue se concentrar por um período relativamente maior. Além de auxiliar na formação de melhores hábitos alimentares (SALGADO *et al.*, 2015). Percebe-se também que o consumo de alimentos naturais e orgânicos, tem impacto positivo na saúde dos beneficiários, especialmente quando se trata de idosos ou crianças em fase de desenvolvimento, pois, levam ao fortalecimento do sistema imunológico (SAMBUICHI, 2020). Observando os dados apresentados percebe-se que ao tempo que o PAA auxilia e aumenta a produção do agricultor familiar, dando a estes maiores oportunidades, também atua diretamente com as famílias em situação de vulnerabilidade social, possibilitando o acesso à alimentação (VALADARES *et al.*, 2020). Contudo, o Programa deve ser analisado de maneira intersetorial e relacionado com as demais políticas publicas que auxiliam esses sujeitos e os possibilitam condições de vida mais digna (SAMBUICHI, 2020).

2.4 O Programa de Aquisição de Alimentos e a Gestão Pública

Na última década o Programa de Aquisição de Alimentos se ampliou, beneficiando mais de 200 mil agricultores familiares, pescadores, extrativistas, povos tradicionais e assentados por meio da compra de diferentes alimentos (MELO, 2020). Também auxiliou mais de 20 mil instituições, como as de apoio a idosos e crianças, hospitais, creches, entre outras.

Toda essa articulação ocorre por recursos oriundos do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MELO, 2020).

O Programa possui 6 (seis) modalidades diferentes, sendo estas compra com doação simultânea, compra direta, apoio a formação de estoques, incentivo a produção e ao consumo

de leite, compra institucional e aquisição de sementes (CAMARGO; BACCARIN & SILVA, 2013).

A compra com doação simultânea possui como finalidade promover o direito à alimentação adequada atendendo as demandas locais de suplementação alimentar, há o incentivo a agricultura regional, os alimentos podem ser processados ou “in natura” e precisam cumprir os requisitos de qualidade dispostos nas normas. Os agricultores entregam seus alimentos em uma Central de Distribuição e os mesmos são pesados, separados e doados para restaurantes populares, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias, entre outros locais (DELGADO, 2013).

A segunda modalidade apresentada é a compra direta, tem por objetivo a sustentação de preço de alguns produtos como o arroz, milho, feijão, trigo, castanha de caju, farinha de mandioca ou outros instituídos pelo grupo gestor do programa. Dessa forma quando o preço de algum desses alimentos se encontra a baixo do valor referencia a Conab instala um polo de compra e faz a aquisição desses produtos e realizam estoques, tais estoques devem ser prioritariamente doados para compor cestas distribuídas a populações específicas (MDS, 2012).

O apoio à formação de estoque é a terceira modalidade apresentada e se caracteriza ao apoio financeiro a junção de estoques de alimentos da agricultura familiar, objetivando a sustentação dos valores. Assim, em um momento posterior, os alimentos são comercializados pela organização dos agricultores ou destinados aos estoques públicos, nesse modelo podem ser adquiridos alimentos da safra vigente e que cumpram os requisitos de qualidade estabelecidos (MDS, 2012).

A modalidade de incentivo a produção e ao consumo de leite visa contribuir cm o aumento da utilização de leite pelas famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade alimentar ao mesmo tempo, em que incentiva o produtor de leite. Podem ser adquirido leite de vaca e de cabra. As famílias beneficiadas devem ter uma renda per capita de até meio salário mínimo, possuir crianças de até 7 anos, gestantes, idosos ou nutrizes até 6 (seis) meses após o parto (MDS, 2012).

Outra modalidade apresentada é a compra institucional que surgiu como uma inovação no ano de 2012, a partir dessa modificação, estados, municípios e Distrito Federal podem comprar alimentos da agricultura familiar, com seus recursos financeiros, sem a necessidade de licitação, para atender as demandas regulares de consumo, dessa forma hospitais, presídios, refeitórios de creches, quartéis, restaurantes universitários, entre outros, podem participar do programa (MDS, 2012).

Nessa modalidade podem ser adquiridos alimentos “in natura” ou processados, incluindo os típicos de cada região. O Programa sofreu diversas inovações ao longo dos anos, criando um Comitê Gestor que opera por meio de resoluções que regulamentam o seu funcionamento, o órgão colegiado de caráter deliberativo é composto pelo Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento orçamento e Gestão, Ministério da agricultura, Ministério da pecuária e abastecimento (MDS, 2012).

Como ultima modalidade se encontra a compra de sementes, o principal objetivo é a construção de autonomias, geração de rendas. De acordo com Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, nessa modalidade podem ser adquiridos sementes, mudas e outros propagativos de culturas alimentares, até o limite de cinco por cento da doação orçamentaria anual do programa.

O principal objetivo do Comitê é acompanhar e orientar a execução do PAA, definindo a metodologia para definição dos valores de referência, as modalidades de funcionamento do programa, as implicações ocasionadas pelas diferenças regionais, as maneiras de doações dos produtos recebidos, a priorização do público a ser atendido e a formação de estoques, entre diversas outras medidas (MELO, 2020).

As entidades executoras do Programa são o Distrito Federal, os Estados, Consórcios Públicos, Companhia Nacional de Abastecimento e municípios. Entre sua principal função, a Companhia Nacional de Abastecimento visa produzir estoques públicos em todo o país para posteriormente repassar aos beneficiários. Desde a criação da Lei nº 12.512/2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.775/2012, abriu-se a possibilidade de adesão das entidades executoras por meio do Termo de Adesão junto ao Ministério de Desenvolvimento Social, dispensada a solicitação de convênio (MDS, 2012).

Tal modificação permite a ampliação do programa, pois diminui o processo burocrático e possibilita a realização do pagamento por meio da União, através do MDS, diretamente ao agricultor familiar que consegue receber através de um cartão bancário específico para essa finalidade (CONAB, 2016). Considerando que o principal objetivo do PAA é apoiar a agricultura familiar e atender indivíduos em situação de insegurança alimentar, se apresentando como a estruturação de um polo que possibilite a comercialização da agricultora, o programa dispensa licitação, diminuindo burocracias que dificultam a vida do pequeno produtor (DELGADO, 2013).

O Termo de Adesão não discorre acerca do aporte de recursos, mas possui caráter geral de pactuação, tem vigência de 5 (cinco) anos e contém o compromisso de cada parte

envolvida. Há 4 (quatro) modelos de adesão conforme as Unidades Executoras, o modelo União-Estado ou Distrito Federal, União-estado ou Distrito Federal com participação de entidade de administração indireta, União-Município ou Consórcio Público, ou União-Estado-Município ou Consórcio (CONAB, 2016).

A aquisição, a entrega e recebimento dos alimentos são realizados através das estruturas públicas de recebimentos de alimentos que são posteriormente entregues a Unidade Executora do Programa, nesse momento é preenchido o Termo de Recebimento e Aceitabilidade que indica a comprovação da entrega e qualidade. A distribuição é realizada nas creches, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, hospitais, banco de alimentos e entidades de assistência social (MDS, 2012).

Os pagamentos são realizados pela União através da instituição financeira oficial, para receber o agricultor necessita inserir seus dados no sistema do Programa e através de um cartão magnético recebe seus pagamentos. A instância de controle do PAA é o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional nas esferas nacionais, estaduais e municipais, em casos de sua falta, podem assumir a responsabilidade pelo acompanhamento do programa, os Conselhos de Assistência Social ou os Conselhos de Desenvolvimento Rural e Sustentável (MDS, 2012). Assim com a articulação entre todos esses setores o programa vem se estruturando ao longo dos anos.

Verifica-se através das colocações, a necessidade de uma gestão pública eficaz e bem delimitada para que o programa alcance as proporções desejadas, pois é através de uma gestão de qualidade, de um comitê gestor estruturado, de um sistema de pagamento eficiente e da união entre as esferas federais, estaduais e municipais que o agricultor e o consumidor final podem ser amplamente beneficiados.

3 METODOLOGIA

A pesquisa corresponde a um conjunto de procedimentos padronizados de maneira racional e que objetiva localizar respostas para determinados problemas antecipadamente apontados através de procedimentos metódicos (MENEZES *et al.*, 2019). Compreendem-se métodos como conjuntos de processos empregados na pesquisa, que oferece ao pesquisador normas lógicas que deverão ser seguidas durante o processo de construção científica (FREITAS & PRODANOV, 2013).

Com a objetivação de construir o referencial teórico que embasou a pesquisa utilizou-se à pesquisa bibliográfica através de livros físicos e/ou digitais, artigos científicos pesquisados através das plataformas Scientific Electronic Library Online (Scielo) e Google Acadêmico e Legislações. Como critério de exclusão do referencial bibliográfico, foram excluídos livros e artigos que evadam da temática desejada.

Quanto à sua natureza: a pesquisa se descreve como básica, objetivando gerar conhecimentos para a área científica. (MARCONI & LAKATOS, 2016) Quanto aos objetivos a pesquisa se caracterizará como descritiva que, segundo Vergara (2003) exibe atributos de determinada população ou de certos fenômenos, explicando correlações dentre variáveis e significação de sua natureza, não tendo a atribuição de explicar os fenômenos que descreve. Quanto ao método utilizou-se a abordagem qualitativa que se baseia na interpretação dos fenômenos observados, considerando a análise de dados não expressos de forma numérica ou quantitativa. (MARCONI & LAKATOS, 2016)

Ao considerar que todo trabalho científico procura conhecer densamente sobre sua temática, de modo a torná-la mais acessível. (RAUPP & BEUREN, 2003) Optou-se por uma estrutura de pesquisa bibliográfica, onde o pesquisador levanta materiais com a finalidade de obter contato direto com o que foi escrito sobre a temática desejada. (MARCONI & LAKATOS, 2011) Tal procura é realizada a partir de pesquisas em livros, periódicos, enciclopédias, artigos científicos, dentre outros materiais que são utilizados como fonte para a produção do referencial teórico e desenvolvimento da pesquisa (SILVA *et al.*, 2014). Para análise dos dados realizou-se uma análise descritiva dos dados coletados através da pesquisa bibliográfica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 O conceito do PAA e a realidade vivenciada pelo Programa

Atualmente as elaborações de políticas públicas para a agricultura possuem como alvo primordial capacitar o produtor rural, gerar empregos e rendas, financiar o desenvolvimento rural, melhorando a qualidade de vida do produtor e de sua família. Avaliando os documentos selecionados para a produção do artigo, percebeu-se coerência na descrição da implantação do Programa de Aquisição de alimentos.

Observa-se que durante um período da história brasileira o pequeno agricultor foi deixado à margem das políticas públicas, não se beneficiado de auxílios provenientes dos Ministérios, Municípios, Estados ou Distrito Federal. (ZIMMERMANN, 2008)

Posteriormente, por um longo período o auxílio foi realizado por meio de créditos rurais, contudo ainda não havia um foco no pequeno agricultor, após solicitações dessa classe mudanças foram implantadas até que se chegasse ao Programa de Aquisição de Alimentos.

O surgimento do Programa de Aquisição de Alimentos se deu por meio de programas governamentais, como o Programa Fome Zero. Conforme citado pelos autores apresentados, o PAA possui dois objetivos bem delimitados e se por um lado visa auxiliar no aumento da renda do agricultor familiar, pescadores, extrativistas, povos tradicionais, por outro auxilia pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional (FERREIRA & CRUZ, 2013).

Ao longo dos últimos anos o Programa passou por diversas modificações e evoluções com o intuito de melhor atender ao seu objetivo principal. A articulação existente entre os Ministérios e os próprios municípios tem se mostrado satisfatória, pois é na pequena comunidade que o PAA toma forma e se fortalece, mas para chegar até seu molde final, diversas articulações, resoluções e comitês tiveram que ser elaborados, modificados ou ampliados. (MELO, 2020)

Observa-se que nos últimos anos o PAA foi considerado uma das principais ações realizadas pelo Programa Fome Zero, atuando de maneira sistemática nas esferas municipais, estaduais e federais. (MATTEI *et al.*, 2011) Podendo ser visualizado como uma política inovadora que conseguiu alcançar muitos dos objetivos proposto em sua construção.

Apesar das modificações e melhorias realizadas no Programa desde seu surgimento, ainda existem diversos desafios a serem enfrentadas referentes à sua implementação, sustentação e fiscalização. (MELO, 2020)

4.2 O PAA e os agricultores familiares

Sabe-se que um dos objetivos do PAA é engajar a agricultura familiar, conforme os dados obtidos mais de 200 mil famílias já foram incentivadas. Observa-se que o Programa afeta diretamente a vida dos agricultores, pois ao valorizar os produtos, ampliar a participação da agricultura familiar no mercado e aproximar o produtor e consumidor aumenta a qualidade de vida desses trabalhadores (DELGADO *et al.*, 2005).

Observa-se que apesar da diminuição do processo burocrático, para participar do Programa alguns documentos ainda são necessários, assim o produtor deve apresentar a Declaração de Aptidão ao PRONAF ou Declaração de Aptidão ao PAA se desejar participar do Programa, contudo segundo as pesquisas realizadas, os documentos podem ser elaborados sem grandes dificuldades, por instituições autorizadas (HESPANHOL, 2013).

Percebe-se que o Programa não beneficia apenas o agricultor, mas também pescadores artesanais, povos e comunidades tradicionais, extrativistas, quilombolas, indígenas e famílias atingidas por barragens (HESPANHOL, 2013). Atingindo assim diversos grupos que sem tal apoio teriam dificuldade de comercializar seus produtos. A ampliação do público prioritário foi uma das alterações ocorridas nos últimos anos e se apresenta como um desafio para os articuladores.

Entre os benefícios alcançados pelos produtores cita-se na maioria dos documentos pesquisados o aumento da quantidade de produção e venda e conseqüentemente o aumento da renda familiar, a aproximação entre o produtor e o consumidor, a possibilidade de diversificação da renda e aumento da estabilidade financeira (SANTOS, SOARES, & BENAVIDES, 2015).

Contudo, ainda existem muitos desafios que precisam ser enfrentados, resultados em parte da grande extensão territorial brasileira e em parte devido à formação marginalizada da agricultura familiar (SOUZA & BARBE, 2014), já que o pequeno agricultor por um longo período foi deixado à margem do olhar e da gestão pública, pois por muitos anos não houve políticas direcionadas a esses trabalhadores, o que resultou em diversas dificuldades para a manutenção da agricultura familiar. Outro ponto importante é a dificuldade de alcançar informações técnicas a respeito da adesão ao Programa por parte do produtor, sabe-se que alguns dos beneficiários apresentam baixa escolaridade e tal fator pode impedir o produtor de se beneficiar dos auxílios gerados pelo PAA. (MELO, 2020)

4.3 O PAA e os consumidores

A segunda parcela de beneficiários do programa englobam os consumidores, pessoas que muitas vezes se encontram em vulnerabilidade nutricional. De acordo com Josué de Castro (1946), a desnutrição é responsável por uma alta taxa de mortalidade infantil e evasão escolar, para o autor a fome não é decorrência de influências climáticas ou improdutividade mas possui relação direta com questões políticas, má distribuição das riquezas produtos, processos de colonização e dependência econômica. Percebe-se que os benefícios do Programa vão além do acesso à alimentação, mas engloba um alimento mais saudável na mesa do indivíduo, maior ânimo para realizar as atividades cotidianas após estar alimentando, aumento da assiduidade e rendimento escolar, influenciando também na maior diversificação do cardápio (SAMBUICHI, 2020).

Pode-se considerar que tais modificações terão impacto direto no Sistema Único de Saúde, pois um indivíduo nutrido fortalece seu sistema imunológico e necessita de menos cuidados médicos ao longo da vida. Além disso, se o sujeito ao se alimentar de maneira mais adequada melhora seu rendimento escolar, logo terá maiores chances de completar os estudos e obter novas possibilidades futuras (SALGADO et al., 2015).

No âmbito do desenvolvimento, crianças que se alimentam de maneira adequada e possuem acesso a uma alimentação diversa possuem menores chances de ficarem hospitalizadas ou sofrerem com desnutrição (SAMBUICHI, 2020). Assim, os benefícios vão muito além do acesso ao alimento, mas englobam questões relacionadas à saúde, educação e consequentemente diminuições dos gastos públicos.

Para Maluf (2001), a fome é causada em grande parte pelas deficiências das políticas públicas em criar novas oportunidades de emprego. Em concordância Castro (2010) aponta que as dificuldades alimentares decorrem do pouco conhecimento sobre a temática da fome em sua totalidade econômica, biológica e social. O PAA possui justamente o objetivo de quebrar com o ciclo vicioso da fome, pois trabalha em quesitos econômicos possibilitando arrecadação e emprego aos agricultores, nos aspectos sociais auxiliando famílias em vulnerabilidade alimentar e apoiando o trabalho regional e biológico auxiliando na maior nutrição alimentar (MALUF, 2001).

O PAA se apresenta como inovador justamente por olhar para esferas antes deixadas de lado, sobretudo em relação a importância da comercialização regional para suprir as necessidades, para isso o programa conseguiu articular diferentes esferas e atender tanto os produtores como os consumidores.

4.4 O PAA e a gestão pública

No Brasil, devido a diversos fatores, produtores rurais encontram diversas dificuldades em exercitar uma agricultura competitiva, necessitando do auxílio de políticas públicas efetivas para poderem se desenvolver. Assim como os demais Programas Governamentais, o PAA possui uma forma de funcionar e para que sua implementação seja efetiva, foram necessários diversos ajustes, regulamentações e modificações ao longo dos anos. (MELO, 2020)

O Programa criado pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 possui como objetivo gerar rendas aos produtores que possuem dificuldade de acessar aos benefícios do Governo

Federal, através da garantia de preços justos. As pesquisas apontam que desde sua construção diversas famílias e entidades já foram beneficiadas. (DELGADO, 2013)

O PAA visa abranger todo o território nacional, por isso percebe-se a importância da interlocução que ocorre entre as diferentes esferas e ministérios, dentro desse contexto cada setor possui função específica e necessita dar andamento para que continue a funcionar (MELO, 2020).

Consoante às pesquisas realizadas percebe-se que o Programa trata-se de uma política pública que possuiu uma boa gestão, já que ao longo dos anos as alterações necessárias foram realizadas visando sua melhoria e ampliação, assim conseguiu se perpetuar como principal nome frente ao Programa Fome Zero. (MELO, 2020)

Os autores também relatam que alguns pontos precisam ser revisados e modificados para melhor atender as demandas existentes, entre eles cita-se a necessidade de uma comunicação mais próxima entre os beneficiários e os articuladores dos programas, pois devido à falta de informação muitos não adentram ao PAA, outro ponto importante é a dificuldade de acompanhamento da parte prática do Programa por seus idealizadores, o que impede uma fiscalização mais próxima. (DELGADO, 2013)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão bibliográfica realizada se fez possível analisar o impacto do Programa de Aquisição de Alimentos para os agricultores familiares e consumidores finais. Compreendeu-se que o Programa auxilia os agricultores familiares através do aumento e diversificação da renda, fortalecimento das organizações de produtores, estímulo ao consumo, contato mais próximo com o consumidor, maior fonte e estabilidade financeira e diminuição dos processos burocráticos.

Também se fez possível analisar o impacto do PAA para o consumidor final que muitas vezes se encontra em situação de vulnerabilidade nutricional, nesse caso os principais benefícios apontados foi o acesso a uma alimentação mais saudável e diversificada, diminuição das faltas e abandonos à escola, maior rendimento escolar, aumento do sistema imunológico e conseqüentemente diminuição do acesso ao SUS.

Mesmo com os amplos benefícios alcançados, percebe-se que alguns desafios precisam ser superados, como a dificuldade que alguns produtores possuem em acessar as informações a respeito do Programa, assim como as dificuldades em fiscalizar como o PAA é implantando e operacionalizado nos pequenos municípios. Apesar de tais obstáculos, o

Governo em conjunto aos Ministérios tem buscado melhorias, fator que se observa pela criação do Comitê Gestor e diversas legislações ao longo dos últimos anos.

Assim compreende-se que o Governo Federal tem alcançado seu objetivo de atender as diversas categorias de agricultores familiares de forma que o investimento humano e financeiro volte para o Governo em forma de renda agrícola e assistência aos grupos de risco. Dessa forma, como futuras linhas de investigação, sugerem-se pesquisas acerca da temática, de preferência com enfoque nas dificuldades do Programa e formas de solucioná-las.

Por fim, salienta-se a importância da pesquisa para a comunidade científica e população em geral e conclui-se que os objetivos apresentados no início do trabalho foram concluídos, pois se compreendeu que o Programa de Aquisição de Alimentos beneficia tanto os produtores como os consumidores de maneira ampla.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. “Uma nova extensão para a agricultura familiar”. **In: Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília,DF, Anais,1997, p. 29.
- AGOSTINI, C., & BOURSCHEIDT, H. J. A Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos nos Municípios do Vale do Taquari (RS): uma análise da percepção dos executivos municipais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n.2, p. 276-292, 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/resr/a/hKjbmqd4g6ttX4wGPRy7yBh/abstract/?lang=pt> Acessado em 18 out. 2022.
- ALMEIDA, A. F. C. S et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): um caso de Big Push Ambiental para a sustentabilidade no Brasil. In Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Repositório de casos sobre o big push para a Sustentabilidade no Brasil**. Brasília, DF: Autor, 2020.
- ASSIS, S. C. R; PRIORE, S. E & FRANCESCHINI, S. C.C. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores. **Ciênc. Saúde colet.** v. 22, n. 2, p. 617- 626, fev 2017. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2017.v22n2/617-626/pt>. Acessado em 17 out. 2022.
- BRASIL - **Ministério do Desenvolvimento Agrário** (MDA). Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>> Acessado em 17 de out. 2022.
- _____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Programa de Aquisição de Alimento (PAA), 2003. Disponível em <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>. Acesso em 17 out. 2022.
- _____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Programa De Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: Renda para quem produz e comida na mesa

de quem precisa, 2012. Disponível em https://www.conab.gov.br/images/arquivos/agricultura_familiar/Cartilha_PAA.pdf. Acesso em 17 out. 2022.

CAMARGO, R.A.L; BACCARIN, J.G & SILVA, D.B.P. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Revista Temas de Administração Pública**. Araraquara-SP: FCLAr/UNESP, v. 8, n. 2, 2013. Disponível em: <https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/economiarural/josegiacomobaccarin1559/artigo-temas-versao-publicada.pdf>. Acessado em 15 out. 2022.

CHMIEKEWSKA, D., SOUZA, D., & LOURETE, A. A. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado: Estudo de caso no Estado de Sergipe. Brasília, DF: **Ipea**, 2010. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1393/1/TD_1510.pdf Acessado em 18 out. 2022.

CONAB. **Companhia Nacional de Abastecimento**, 2016. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/execucao-do-paa> Acesso em: 15 out. 2020.

DELGADO, G.D; et al. Avaliação do programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Brasília, **IPEA**, 2005. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1779>. Acesso em 17 out. 2022.

FERREIRA, N. Z.; CRUZ, J. C. F. Mercado institucional como fortalecedor da agricultura familiar e promotor da segurança alimentar e nutricional. **Revista Capital Científico – Eletrônica**, Guarapuava, v. 11, n. 2, p. 1-14, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/2478>. Acesso em 17 out. 2022.

FREITAS, C.E & PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed, Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

GRISA, C. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 6, p. 97-129, 2009. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/download/2863/2846>. Acesso em 17 out. 2022.

HESPANHOL, R.A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Soc. & Nat., Uberlândia**, v. 25, p. 469-483, set/dez, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/B36qfftFW6HZMBQVCX4z4Vm/?lang=pt>. Acesso em: 07 out. 2022.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Fome Zero**: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo: Instituto Cidadania, 2001. Disponível em: <https://goo.gl/bhTRwn>. Acessado em 07 out. 2022.

CASTRO, J. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

MARCONI, M. A. & LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

_____. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2016. Pereira, MG.

MARTINS, S. P. PAA Leite: contexto de implantação, desenvolvimento e possibilidades de aprimoramento. In M. E. Del Grossi; D. R. Kroef (Orgs). PAA: 10 anos de Aquisição de Alimentos. Brasília, DF: **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, 2013. Disponível em: https://issuu.com/sagi_mds/docs/paa_10_completo. Acessado em 18 out. 2022.

MATTEI, L. Evolução do crédito do PRONAF para as categorias de agricultores A e A/C entre 2000 e 2010. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 49, 2011, Belo Horizonte (MG), **Anais**, Belo Horizonte- MG: SOBER, 2011.

MELO, W. F. O impacto do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA na renda familiar de produtores rurais nordestinos: uma avaliação para o período 2010-2020. **Monografia** (Trabalho de Conclusão de Curso) - Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2020. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6168>. Acessado em 17 nov. 2022.

MENEZES, A. H. N et al.,. **Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância**. Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco: Petrolina-PE, 2019. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/dacc/noticias/livro-univasf/metodologia-cientifica-teoria-e-aplicacao-na-educacao-a-distancia.pdf> Acessado em 17 out. 2022.

MÜLLER, A. L. A construção de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). 2007. **Dissertação** (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/11006>. Acessado em 17 out. 2022.

OLIVEIRA, D. Mercados e reprodução social – um estudo comparativo entre agricultores ecologistas e não ecologistas de Ipê – **Dissertação** de Mestrado em Desenvolvimento Rural Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16026/000661204.pdf?sequence=1>. Acesso em 08 out. 2022.

RAMBO, A. G., & DENZ, E. Circuitos curtos de comercialização fomentando Novos usos do território: considerações sobre o PNAE e as feiras livres. In **Anais** do 7º Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional no Brasil, Santa Cruz do Sul, RS, 2015. Disponível em <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/download/13333/2499> Acessado em 18 out. 2022.

- RAUPP, F. M & BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa Aplicável às Ciências Sociais in **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. Teoria e prática. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.
- SALGADO, R. J. S. F et al. Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Percepção dos atores envolvidos em sua operacionalização. In **Anais do 53º Congresso da Sober**, João Pessoa, PB, 2015.
- SAMBUICHI, R. H. R. et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 1079–1096, 2020.
- SAMBUICHI, R.H.R. et al. Programa de Aquisição de Alimentos e Segurança Alimentar: modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **IPEA** 2019. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9319/1/TD_2482.pdf. Acessado em 15 out. 2022.
- SANTOS, S. R. Q., SOARES, N. S., & BENAVIDES, Z. A. C. (2015). Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA): o caso dos produtores de Ibicaraí-ba. **Revista de Estudos Sociais**, v. 17, n.33, p. 161-182, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/vhSmZVxSzr8LZVbFMLbJNMR/?lang=pt> Acessado em 18 out. 2022.
- SILVA, C. M. C et al.,. Análise das Metodologias e Técnicas de Pesquisas sobre os Ativos Intangíveis: Um Estudo nos Eventos da Área Contábil. **XXI Congresso Brasileiro de Custos**: Natal, RN, Brasil, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/reavi/article/view/2316419005072016037> Acessado em: 17 out. 2022.
- SILVA, C. R. P. Análise do programa de aquisição de alimentos (PAA) na comunidade negra de Camará. 2014. **Trabalho de Conclusão de Curso**- Universidade Federal da Paraíba, Areia- PB, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/703/1/CRPS15072014.pdf>. Acesso em 08 out. 2022.
- SILVA, J. G.; GROSSI, M. E. D & FRANÇA, C. G. (Orgs.). Fome Zero: a experiência brasileira. Brasília: **MDA**, 2010.
- SILVA, M. F. S. Josué de Castro, pensamento e ação: a gênese do Plano de Segurança Alimentar. 2010. **Dissertação** (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.
- VIEIRA, D. F.A. O programa de aquisição de alimentos – PAA e sua relação com o modo de funcionamento da agricultura familiar. **CONAB**: Brasília, 2007. Disponível em: https://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/arquivos/PAA_e_sua_relacao_com . Acessado em 17 out. 2022.

ZIMMERMANN, S. A. A institucionalidade de uma política alimentar em nível local: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Mirandiba, Brasil. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL**, 4., 2008, Anais. Mar del Plata: Red Sial, 2008.